

SABERES E PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO PRESENTES NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES

Edcleide da Silva Pereira Novais (1); Roziane Aguiar dos Santos (2); Andréia Cristina Freitas Barreto (3); Jaciara de Oliveira Sant'Anna Santos (3)

(1) Universidade do Estado da Bahia/Parfor. Email: cleideneuro@hotmail.com; (2)

Universidade Estadual de Santa Cruz/UAB. Email: roziaguiar@hotmail.com; (3)

Universidade do Estado da Bahia. Email: andreyafreitas@hotmail.com; (3) Universidade do Estado da Bahia, E mail: jaciarasantanna@yahoo.com.br

Resumo

A Educação do Campo é processo em construção que tem ganhando força no campo das políticas públicas, uma vez que ela emerge das lutas dos movimentos sociais por um ensino de qualidade e específico para os povos do campo. O objetivo deste trabalho consiste em analisar de que maneira os projetos políticos pedagógicos de cursos de formação inicial de professores do campo da UFBA e UFRB tem contemplado algumas ações propostas pelas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, em especial quanto aos saberes dos povos do campo. Metodologicamente, foi realizada uma análise dos projetos políticos pedagógicos dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo da UFBA e UFRB. A análise foi realizada por meio da categoria *saberes*. Dentre os resultados, destaca-se que o contato com a realidade do campo proporciona a construção dos saberes essenciais para uma prática pedagógica que considere as especificidades do campo, bem como, as diferenças que os sujeitos possuem, constituindo-se numa prática dialógica partindo da realidade social da comunidade em que está inserida.

Palavras-chave: Educação do Campo. Políticas Públicas. Formação de professores.

Introdução

Algumas pesquisas (ARROYO, 2007; 2012, SILVA e GADELHA, 2012) têm sinalizado para a importância de formar professores para atuar no contexto da Educação do Campo, atentando para as especificidades presentes na realidade dos camponeses. O intuito dessas pesquisas é chamar a atenção para que a prática pedagógica seja construída com vista a reconhecer o campo como um lugar com identidade e cultura próprias.

A formação específica para os educadores do campo é uma das conquistas das políticas públicas relacionadas a Educação do Campo. As políticas públicas para a Educação do Campo expressas em diretrizes, resoluções, cadernos pedagógicos etc., buscam mudar este cenário educacional por meio de propostas de ensino que reconheçam os sujeitos do campo, bem como, os fatores socioeconômicos e culturais dessa realidade.

Para Caldart (2012), a Educação do Campo se constituiu como prática social, para que os sujeitos do campo tenham direito a uma educação voltada a seus interesses, feitos por eles e não para eles. Esta maneira de conceber a educação, fundamenta-se num trabalho coletivo que visa oportunizar a sociedade a concretização de seus direitos por meio de uma concepção dialética resultante das lutas de classes (SANTOS, SILVA e SOUZA, 2012, p. 66).

Segundo Silva e Gadelha (2012), formar professores para atuar no Campo exige um olhar específico para o campo, deverá considerar a vida, além de aspectos ambientais e socioculturais. A Educação do Campo se constroi na relação entre os sujeitos e o meio em que vivem, portanto, faz-se necessário repensar a formação dos agentes envolvidos nesse processo, sujeitos que vão atuar diretamente com as contradições em que os alunos do campo estão imersos, bem como seu modo de vida. Neste sentido, o objetivo deste trabalho consiste em analisar de que maneira os cursos de formação inicial de professores do campo da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) tem contemplado as ações propostas pelas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Isto é, busca-se analisar como as ações contidas nos projetos políticos pedagógicos estão contemplando os saberes do campo na prática pedagógica.

Educação do Campo: um pouco da história

Santos, Silva e Souza (2013) ressaltam que a forma estigmatizada de enxergar a cultura camponesa como algo atrasado é resultado de um desrespeito ao saber do homem do campo “o que levou à imposição de saberes citadinos nas áreas rurais, como forma de “civilizar” os camponeses” (SANTOS; SILVA e SOUZA, 2013, p. 56). Os autores aclaram que, no intuito de reverter esse trato excludente dado às escolas rurais, os trabalhadores do campo se organizaram em movimentos sociais em busca de uma proposta educacional que respeitasse seus saberes e sua cultura, e assim surgiu a Educação do Campo.

O panorama da educação popular surge como uma resposta ao autoritarismo e a repressão da ditadura militar, época em que os movimentos sociais e intelectuais orgânicos da classe trabalhadora lutavam pela redemocratização da sociedade. Essas lutas conseguiram conquistas relevantes espaços de participação nas políticas públicas e na legislação do país por meio da Constituição Federal de 1988. Santos, Silva e Souza afirmam que:

No que se refere à educação, a Lei de Diretrizes e Bases (9.394/96) contém artigos que trazem adequações curriculares às especificidades do meio rural. Com essa abertura política e legal, os movimentos sociais passavam a discutir a alteração na nomenclatura da Educação Rural, propondo a

mudança do termo educação rural para educação do campo (SANTOS; SILVA e SOUZA, 2013, p.59).

Os movimentos sociais do campo surgiram para defender a fixação do homem no campo, suas lutas e seus objetivos foram discutidos nas Conferências para Educação Básica do Campo com a presença de vários segmentos do governo, o que ocasionou a organização de uma comissão dos movimentos sociais para atuarem junto ao Ministério da Educação e do Desporto (MEC).

Arroyo (2005, p. 10) destaca que:

A Educação do Campo nasceu dos pensamentos, desejos e interesses dos sujeitos do campo, que nas últimas décadas intensificaram suas lutas, espacializando-se e territorializando-se formando territórios concretos e imateriais, constituindo comunidades e políticas, determinando seus destinos na construção de suas ideologias, suas visões de mundo.

Por meio das lutas dos movimentos sociais, políticas públicas voltadas para o campo passaram a ser implementadas, essas propostas têm se atentado para importância de por meio da educação fomentar um ensino específico para a realidade rural. Entende-se que para dar início este processo educativo, é necessário haver uma formação de professores voltada para este contexto.

Políticas públicas para a formação de professores do campo

Dentro da busca pela qualidade do ensino oferecido nas escolas do campo, destaca-se o papel do professor. Este profissional, como em outras modalidades de ensino, necessita de formação específica para atuar e desenvolver propostas que atendam as particularidades do campo. Arroyo (2012) afirma que não existe um protótipo único, genérico, só um tipo de docente-educador para todos os níveis da educação básica, chamando a atenção para a formação específica para estes profissionais

O 5º Artigo das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, aprovadas em 2001, ressalta que:

As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9394/96, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia (BRASIL, 2002).

O artigo supracitado sugere que a prática pedagógica para o campo seja organizada com vista a promover a contextualização, prática resultante de um processo formativo específico para atuar no campo, assim, é nesta perspectiva que há necessidade de formar

professores com habilidades para atuar numa realidade, muitas vezes pouco contextualizada em sua formação acadêmica de caráter geral. A Lei de diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9394/96 salienta no Art. 61, que a formação dos profissionais da educação deve acontecer de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino, apresentando a necessidade de especificidade na formação docente.

Capacitar professores para o ensino nas áreas rurais é para cumprir o que a própria LDB assegura no Art. 28º sobre a oferta de educação básica para a população rural, quando afirma que os sistemas de ensino devem promover:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996).

Assim, oferecer um ensino de qualidade aos povos do campo é uma obrigação prevista em Lei.

Uma das ações implementadas pelas políticas públicas, na busca por um ensino contextualizado com os saberes dos povos do campo, são os cursos de Licenciatura em Educação do Campo, voltados a proporcionar formação específica para os docentes. Para Arroyo (2012), os cursos de formação devem preparar profissionais do campo capazes de atuar nas definições e implantações de políticas educacionais (ARROYO, 2012). Portanto, salienta-se que é fundamental que o currículo dos cursos de licenciatura em Educação do Campo proporcione o diálogo entre os saberes construídos no cotidiano com as teorias pedagógicas discutidas durante a formação, proporcionando um encontro entre teoria e prática.

A ideia do referido autor encontra-se em consonância como Art nº 7, parágrafo 2 da Resolução nº 2, de 28 de Abril de 2008 que definem diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo, o qual adverte:

A admissão e a formação inicial e continuada dos professores e do pessoal de magistério de apoio ao trabalho docente deverão considerar sempre a formação pedagógica apropriada à Educação do Campo e às oportunidades de atualização e aperfeiçoamento com os profissionais comprometidos com suas especificidades (BRASIL, 2008).

Destarte, com o intuito de cumprir a Legislação fornecendo subsídios para a prática pedagógica e desenvolvimento de um currículo específico, o Ministério da Educação e do Desporto(MEC) e a Secretaria de Educação Superior (SESU) criaram editais para que as

Instituições de Ensino Superior enviem propostas para o desenvolvimento de cursos de formação em nível de graduação e pós-graduação.

O curso de Licenciatura em Educação do Campo no Brasil foi desenvolvido pelo Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), uma iniciativa do MEC em cumprimento a legislação. O PROCAMPO tem como objetivo formar educadores para atuar no campo, organizado por meio da alternância pedagógica entre curso-escola e escola-curso.

O PROCAMPO começou a se desenvolver em 2007 com a experiência piloto em quatro universidades federais: Universidade de Brasília, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal da Bahia e Universidade Federal de Sergipe. A partir de 2008 o PROCAMPO passou a trabalhar com 31 Instituições Públicas de Ensino Superior. Entretanto nesta pesquisa, optou-se por analisar os projetos políticos pedagógicos dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo oferecido pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e Universidade Federal da Bahia (UFBA), os quais serão apresentados a seguir.

Licenciatura em Educação do Campo da UFBA

O curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFBA teve início no segundo semestre de 2008 e as ações do curso foram elaboradas e implementadas juntamente com a UFRB (MORADILLO et al., 2011). É um curso destinado a formar professores do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e Médio e iniciou com a elaboração de um projeto-piloto que:

[...] levasse em consideração uma nova forma de tratar e organizar o conhecimento, e conseqüentemente o currículo, proporcionando aos educandos do campo uma visão crítica de mundo - para além do campo, superação do cotidiano -, capaz de propiciar um agir e pensar de acordo com as categorias da totalidade e da contradição dialética, mediadas pelo ato educativo. Tudo isso sem perder de vista os limites históricos, individuais e sociais, que estamos imersos (MORADILLO et al, 2011, p. 4).

Além disso, a Faculdade de Educação da UFBA (FACED/UFBA) contou com a colaboração do Fórum Estadual de Educação do Campo (FEEC-BA) e do MEC. A proposta de implantação justifica-se em reconhecer a necessidade de oferecer aos povos do campo uma educação que não se limita ao espaço geográfico e seja permeada pelos aspectos culturais, sociais e a formação do sujeito (PPP/UFBA, 2008, p. 9). Assim:

A LEPEL/FACED/UFBA propõe a Licenciatura em Educação do Campo para formação de docentes que atuem com o conhecimento produzido pela humanidade, baseado na ontogênese do ser social e no método dialético, garantindo uma leitura da realidade que utilize a prática escolar e o conhecimento, (...), como instrumentos de elevação do pensamento empírico ao teórico e produção de ações de superação do projeto histórico capitalista (PPP/UFBA, 2008, p. 5).

As áreas de ensino foram escolhidas em coletivo com a participação de especialistas, movimentos sociais, professores e interessados no assunto, em que concluíram que os saberes oferecidos no curso são fundamentais para a formação dos sujeitos do campo (PPP/UFBA).

As aulas são ministradas em dois tempos: Tempo Escola e Tempo Comunidade. O Tempo Escola acontece na Faculdade de Educação/UFBA e pela UFRB e o Tempo Comunidade é desenvolvido nos locais onde os licenciandos moram e/ou trabalham.

Portanto, o curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFBA é uma ação que busca assegurar o direito dos povos do campo à educação pública de qualidade e socialmente referenciada (PPP/UFBA, 2008). O curso conta com o envolvimento mútuo dos envolvidos no processo, os quais sejam: a Universidade - FACED/UFBA e movimentos de luta do campo, movimento docente e órgãos governamentais (PPP/UFBA, 2008). É um projeto que visa à valorização dos saberes produzidos no campo, habilitando profissionais para numa realidade pouco contextualizada.

Licenciatura em Educação do Campo da UFRB

O curso de Licenciatura em Educação do Campo com Habilitações em Ciências da Natureza e Matemática da UFRB foi implementado no ano de 2013. O Projeto Pedagógico da referida instituição foi construído em parceria com a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), com habilitações nas Ciências da Natureza e da Matemática - Semiárido. O curso é uma:

Possibilidade de tratar o desenvolvimento territorial a partir de seus sujeitos da dinâmica educativa com princípios de autonomia e da afirmação cultural no espaço da escola do mundo do campo em sua plenitude, contrapondo a visão destas unidades escolares como isoladas e descontextualizadas por conta da precariedade não só na infraestrutura, mas nos processos pedagógicos de formação dos professores que atuam nesta área (PP/UFRB, 2013, 4).

A demanda para organização e implantação do curso se fortaleceu na busca de uma educação específica que valorize a identidade da população do campo e considere os aspectos

relacionados ao modo de agir e viver. O curso justifica-se “por considerar que a Educação do Campo, segundo as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, é direito social e cabe ao Estado garantir as condições e os recursos para a sua efetivação” (PP/UFRB 2013 p.8). Assim, o objetivo proposto na implementação das políticas institucionais da licenciatura é:

Proporcionar a formação de profissionais da educação em licenciatura em Educação do Campo no contexto do semiárido brasileiro delineado a partir das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo [...], na perspectiva de contribuir com a estratégia de desenvolvimento rural de base popular vinculados à realidade das escolas do campo capaz de possibilitar a construção de novas bases de organização do trabalho pedagógico interdisciplinar a partir das áreas do conhecimento das Ciências da Natureza e da Matemática (PP, 2013, 21).

A organização curricular do curso é dividida no diálogo entre Núcleos Formativos e Eixos Norteadores, com um conjunto de disciplinas, todas obrigatórias.

O curso segue os princípios da Pedagogia da Alternância em período integral que se divide em Tempo-Universidade e Tempo-Comunidade. No Tempo-Universidade são organizadas atividades que buscam atingir os objetivos do processo formativo a que se pretende alcançar. As atividades elaboradas durante o Tempo-Universidade serão executadas durante o Tempo-Comunidade.

Destaca-se que tanto a proposta do curso de Licenciatura do Campo da UFBA quanto da UFRB, buscam formação específica para os educadores do campo com atividades que se consolidam no desenvolvimento de ações contextualizadas com a realidade do campo. No entanto, é necessário analisar se os projetos dos cursos contemplam aspectos dos saberes relacionados ao campo. Ressalta-se que esses saberes fazem parte do contexto de vida dos camponeses, portanto, são necessários para o trabalho docente na Educação do Campo.

Saberes e práticas na Educação do Campo

Arroyo (2007) ressalta que a educação está imersa numa tradição de políticas e normas generalistas, na qual supõem que as políticas sejam iguais para todos. O autor chama a atenção que esse reconhecimento só faz sentido se atentar para as especificidades e diferenças dos sujeitos alvos deste ensino. A ideia do autor idealiza um ensino para o campo mediado pela relação do sujeito com a realidade, tendo em vista que o aluno do campo é sujeito que aprende a partir de discussões contextualizadas com seu modo de viver e agir. Para conceber

essa educação, tais discussões devem estar em pauta nos cursos de formação inicial dos educadores do campo, as quais contribuam para a reflexão sobre qual tipo de prática é necessária para fomentar o currículo e atenda a uma demanda de pessoas que buscam amenizar as contradições sociais que estão imersas.

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo constituem um conjunto de princípios e procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo para todos os níveis de ensino. O Art. 2, parágrafo único destaca:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

As Diretrizes operacionalizam ações que promovam um ensino estruturado a partir da realidade dos sujeitos do campo, que seja articulado desde o local onde moram à sua participação ativa na concretização dos projetos educacionais. Este modo de ver a educação para os povos do campo é reforçado por Fernandes e Molina, quando ressaltam:

Enquanto a Educação do Campo vem sendo criada pelos povos do campo, a educação rural é resultado de um projeto criado para a população do campo, de modo que os paradigmas projetam distintos territórios. Duas diferenças básicas desses paradigmas são os espaços onde são construídos e seus protagonistas (FERNANDES E MOLINA 2004, p. 63).

No Artigo 2, parágrafo único das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo, retrata que a identidade da escola do campo precisa estar em consonância com os saberes dos estudantes, saberes, intrinsecamente ligados ao cotidiano dos alunos, relacionados a cultura, ao trabalho, a fatores sociais, políticos e econômicos, isto é, ao modo de viver do homem do campo e suas raízes. Para Alto (2012, p. 18), “o campo é um espaço de cultura, de ações coletivas e solidárias e faz-se necessário a Educação do Campo dialogar com esses diferentes saberes produzidos nas diferentes áreas de conhecimento”. Ainda segundo a autora, esses saberes são construídos ao longo da vida por meio das experiências (ALTO, 2012). Trabalhar com os saberes dos povos do campo exige que a prática pedagógica seja formada por meio das diferenças, e esta por sua vez, amenize a desigualdade construída durante anos entre campo e cidade.

Em consonância com as diretrizes, o Programa Nacional de Educação de Jovens agricultores(as) familiares integrada à qualificação social e profissional (PROJOVEM)

ressalta a importância de uma educação contextualizada, que promova emancipação, que supere as desigualdades e respeite os modos de viver, pensar e produzir dos diferentes povos do campo (BRASIL, 2009).

Procedimentos metodológicos

Este estudo possui uma abordagem documental (GIL, 2008) em que foi realizada a análise dos projetos políticos pedagógicos dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB).

Na análise dos projetos políticos pedagógicos dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo oferecido pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e Universidade Federal da Bahia (UFBA) buscou-se conhecer como esses cursos pensam a formação inicial do educador do campo em relação as ações propostas pelas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo. A análise foi realizada a partir da categoria *saberes*, com a qual buscou analisar os saberes relacionados a fatores sociais, culturais, políticos e econômicos.

Os saberes nos projetos políticos pedagógicos da UFBA e da UFRB

Como já visto, os saberes dos povos do campo são construídos historicamente, por meio de suas experiências com o meio que vive, estes por sua vez, fazem parte do cotidiano dos alunos do campo, sendo necessários serem trabalhados na prática pedagógica do educador. Assim, num momento em que a formação específica para o educador do campo tem ganhado espaço nas políticas públicas, Arroyo (2004, p. 70) afirma:

Os educadores estão entendendo que estamos em um tempo propício oportuno e histórico para repensar radicalmente a educação, porque o campo no Brasil está passando por tensões, lutas, debates, organizações, movimentos extremamente dinâmicos.

Esta ideia do autor é reflexo das discussões que fomentam as políticas públicas por uma educação pensada para a população do campo, nas quais, destacam-se os saberes que devem ser construídos na formação inicial do educador. Para isso, é necessário que as Instituições de Ensino Superior levem em consideração as reais necessidades do campo, uma vez que este ensino precisa fazer sentido para quem vai atuar em escolas do campo.

Segundo Moradillo e Pimenta (2013), as ações do curso da UFBA expressas no projeto político pedagógico têm como objetivo formar professores para o campo de acordo com princípios e diretrizes estabelecidos pelas políticas públicas ligadas a Educação do Campo. Os autores ainda ressaltam que a construção das ações que compõem o projeto político pedagógico necessita ter como ponto de partida a formação integral, com vista à emancipação humana. Estes princípios pontuados nas diretrizes estão intrinsecamente ligados aos saberes que os professores em formação constroem a partir das vivências escolares.

O conhecimento produzido no curso vai além da metodologia na preparação da aula, faz-se necessário repensar o papel do educador na luta pela superação das desigualdades que marcam o cenário do campo (MORADILLO e PIMENTA, 2013).

Em síntese, as ações que compõem o curso de Licenciatura da Educação do Campo da UFBA busca repensar o ato educativo por meio do resgate da consciência em relação aos problemas inerentes ao campo, sobretudo desenvolver a formação política para atuar nas organizações sociais existentes na sociedade.

O curso de Licenciatura em Educação do Campo com habilitações em Ciências da Natureza e Matemática da UFRB tem como foco o contexto de convivência com o campo, embasado pelos movimentos sociais do campo, que apresenta como possibilidade o desenvolvimento territorial a partir da dinâmica educativa com princípios de autonomia e da afirmação cultural nas escolas do campo por meio dos processos pedagógicos de formação dos professores que atuam nesta área com a formação de professores voltados para a convivência com o semiárido. (PP/UFRB, 2013).

Dentro desses fatores observa-se que a proposta da UFRB aproxima-se com maior abrangência dos princípios norteados pelas políticas públicas para a Educação do Campo, ao propor disciplinas didático-pedagógicas específicas para a compreensão dos fatores sociais, culturais, políticos e econômicos do campo, por meio de uma metodologia diferenciada denominada de Pedagogia da Alternância. Na Pedagogia da Alternância, a escola do campo deve contribuir com a relação entre os conhecimentos do cotidiano e os conhecimentos científicos, expressos na teoria e prática.

Considerações finais

Ao analisar de que maneira os cursos de formação inicial de professores do campo da UFBA e da UFRB tem contemplado as ações propostas pelas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, constatou-se que apesar das dificuldades encontradas para promover a formação de professores do campo, a UFBA e a UFRB têm

buscado estruturar o curso para além da grade curricular, ao proporcionar dois tempos na formação: tempo-universidade e tempo-comunidade. Nessa configuração curricular, o contato com a realidade do campo proporciona a construção dos saberes essenciais para uma prática pedagógica que considere as especificidades do campo, bem como, as diferenças que os sujeitos possuem, constituindo-se numa prática dialógica partindo da realidade social da comunidade em que está inserida.

Possuir uma formação com conhecimentos específicos acerca da Educação do Campo proporciona aos educadores a possibilidade de compreender essa proposta, de maneira crítica e fundamentada, que origina uma prática transformadora.

Referências Bibliográficas

ALTO, R. L. M. **Saberes e fazeres quilombolas: diálogos com a Educação do Campo.** Dissertação de Mestrado. Uberaba: UNIUBE, 2012.

ARROYO, M. G. Formação de educadores do campo. In: CALDART, R. S. et. al **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro-São Paulo, Expressão Popular, 2012, p. 359 – 370.

_____. **Políticas de formação de educadores(as) do campo.** Cad. CEDES vol.27 no.72 Campinas May/Aug. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622007000200004

BRASIL. Projovem campo – Saberes da Terra. Ministério da Educação e do Desporto. 2009

_____. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo. Ministério da Educação e do Desporto, 2002.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases* da Educação da Educação e do Desporto.

CALDART, R. Educação do Campo. In: CALDART, R. S. et. al. **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro-São Paulo, Expressão Popular, 2012, p. 359 – 370.

FACED/UFBA. Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Projeto Político-Pedagógico. Salvador, 2008.

FERNANDES, B, M e MOLINA, M, C. **O Campo da Educação do Campo.** In: Por uma educação do campo – contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2004. (Coleção Por Uma Educação do Campo, nº. 5).

MORADILLO, E. F. PIMENTEL, H. O. **A área das ciências da natureza e matemática no curso de educação do campo da ufba: o trabalho como princípio educativo.** In: II Encontro de Pesquisas e Práticas em Educação do Campo. Paraíba, 2013.

SANTOS, Arlete Ramos dos. SILVA, Geovani de Jesus. SOUZA, Gilvan dos Santos. **Educação do Campo**. Ilhéus-Ba: Editus, 2013. Pedagogia. Mód. 7, v. 4, 137 p.

SILVA, J. M.; GADELHA, L. **O currículo e a formação de professores na Educação do Campo**. In: Anais do 1º Seminário Internacional Sociedade e Fronteiras. UFRR, 2012.

Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo com Habilitações em Ciências da Natureza e Matemática da Universidade Federal do Recôncavo Baiano, 2013.